

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.093 - AC (2019/0349663-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : PATRICH LEITE DE CARVALHO
ADVOGADO : PATRICH LEITE DE CARVALHO - AC003259
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : RICHEL MAIA DE BRITO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de RICHEL MAIA DE BRITO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre (HC n. 1001701-14.2019.8.01.0000).

Consta dos autos que o paciente foi condenado pelo juízo singular, às penas de 5 anos e 3 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, 50 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 2º, §§ 2º e 4º, incisos I e IV, ambos da Lei n. 12.850/2013 (e-STJ, fls. 26/59).

Irresignada, a defesa impetrou ordem de *habeas corpus* perante a Corte local, a qual denegou a ordem, por acórdão assim ementado (e-STJ fls. 119/126):

Habeas Corpus. Integrar organização criminosa. Sentença condenatória. Detração penal. Juízo da execução penal. Competência concorrente. Constrangimento ilegal. Inexistência.

- A autorização legislativa conferida ao Juiz da condenação para examinar a matéria referente à detração penal, para efeito de definição do regime inicial de cumprimento da pena imposta ao condenado, não retira a competência do Juízo da execução para o mesmo objetivo.

- *Habeas Corpus* denegado.

Na presente impetração (e-STJ, fls. 3/9), a defesa sustenta haver constrangimento ilegal pela não aplicação ao caso da detração, prevista no art. 387, § 2º, do Código de Processo Penal, a qual permite a fixação de regime inicial mais

Superior Tribunal de Justiça

brando, descontado o tempo de prisão preventiva cumprido pelo réu.

No caso, argumenta que o paciente cumpriu 1 ano, 3 meses e 11 dias de custódia cautelar, o que dá ensejo à aplicação de regime inicial aberto.

Argumenta, ademais, ser possível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, tendo em vista a previsão do art. 319 do Código de Processo Penal.

Ao final, requer, liminarmente, o relaxamento da prisão do paciente, com a expedição de alvará de soltura em seu favor e, no mérito, a confirmação do pedido

É o relatório. **Decido.**

Não obstante as razões deduzidas na petição inicial, não vejo como dar seguimento ao presente *writ*.

Inicialmente, acerca da apontada possibilidade de aplicação ao caso de medidas cautelares diversas da prisão, tal tema não foi objeto de debate pela Corte local. Portanto, inexistente pronunciamento do Tribunal de origem sobre a questão ora aventada e não sendo detectado, de plano, flagrante constrangimento ilegal, resulta inviável a apreciação do tema por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

Nesse sentido, segue a jurisprudência deste Tribunal:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. POSSE DE DROGAS PARA CONSUMO PRÓPRIO E DANO. DOSIMETRIA DE PENA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO EM LIBERDADE INDEFERIDO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. REITERAÇÃO DELITIVA. RISCO AO MEIO SOCIAL. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. ADEQUAÇÃO DA CUSTÓDIA AO REGIME FIXADO NA SENTENÇA. FLAGRANTE ILEGALIDADE EVIDENCIADA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Por se tratar de habeas corpus substitutivo de recurso

Superior Tribunal de Justiça

próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo a atual orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. Inicialmente, a alegação concernente à errônea dosimetria da pena não foi objeto de exame no acórdão recorrido, o que obsta a análise por este Tribunal Superior, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

[...]

7. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para adequar a prisão preventiva ao regime prisional semiaberto fixado na sentença (HC 489.465/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, Quinta Turma, DJe 3/6/2019).

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO SISTEMA RECURSAL. ROUBO MAJORADO. CORRUPÇÃO DE MENORES. DOSIMETRIA. PENA-BASE. ADOÇÃO DE NOVOS FUNDAMENTOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. REFORMATIO IN PEJUS. INOCORRÊNCIA. ILEGALIDADE DO RECONHECIMENTO DO CONCURSO MATERIAL. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. A via eleita revela-se inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedente.

[...]

4. A tese de ilegalidade do reconhecimento do concurso material não foi alvo de deliberação pelo TJAC, o que impossibilita manifestação deste Sodalício, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional inadmissível supressão de instância.

5. Habeas corpus não conhecido. (HC 490.344/AC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 6/5/2019).

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, quanto ao apontado constrangimento ilegal pela ausência de aplicação, ao caso, da detração, destaco a fundamentação apresentada pelo Tribunal *a quo*, no acórdão ora impugnado (e-STJ, fl. 125):

Não há nenhuma correção a ser feita nesta sede. O argumento do paciente relativo ao tempo de sua prisão provisória não está comprovado nestes autos. A prova pré-constituída é inerente ao Habeas Corpus. É importante destacar que o paciente e o Ministério Público interpuuseram Recurso de Apelação, sendo ainda desconhecidas as suas razões.

Além disso e de acordo com o que preconiza a doutrina e a jurisprudência, a matéria inerente à detração penal para efeito de definição do regime inicial de cumprimento de pena, compete também ao Juízo da execução, como dispõe o artigo 66, inciso III, letra c, da Lei de Execução Penal, não havendo constrangimento ilegal no ato da Juíza da condenação que não se considerou.

Na presente impetração, não houve impugnação específica do fundamento apresentado pelo Tribunal *a quo*, no sentido de que não houve a demonstração, de plano, do direito então alegado na origem. Inafastável, assim, a deficiência de fundamentação da presente impetração.

De outro lado, o entendimento esposado pelo Tribunal *a quo* está em consonância com a jurisprudência desta Corte acerca do tema. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. PACIENTE CONDENADO A 5 ANOS E 6 MESES DE RECLUSÃO. FRAÇÃO DE AUMENTO PELAS MAJORANTES ESTABELECIDADA COM BASE EM CRITÉRIO QUANTITATIVO. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA À SÚMULA N. 443/STJ. FRAÇÃO REDUZIDA PARA 1/3. PENA REDIMENSIONADA. DETRAÇÃO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

- O § 2º do art. 387 do Código de Processo Penal não possui relação com a progressão de regime, instituto próprio da execução penal. Assim, cabe ao juízo sentenciante a verificação da possibilidade de se estabelecer regime inicial

Superior Tribunal de Justiça

mais brando, em razão da aplicação da detração no caso concreto, descontando-se da pena aplicada o tempo de prisão provisória do acusado.

- No caso, como o feito transitou em julgado e não há nos autos informações precisas acerca do tempo em que o paciente permaneceu em custódia preventiva, deve o Juízo das Execuções Penais avaliar a possibilidade de o paciente iniciar o cumprimento da pena em regime mais brando, considerando a detração.

- Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para reduzir a pena do paciente e determinar que o Juízo das Execuções Penais considere a possibilidade da detração (HC 343.147/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, DJe 7/3/2016).

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do STJ, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intime-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator